



A ética que desejamos

The ethics we wish

Cássia Quelho Tavares*

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Macaé, RJ, Brasil

Resumo

A ética que desejamos é o título e o percurso proposto nesse artigo. Uma parcela expressiva da sociedade contemporânea sofre com o descompasso entre o desejo de desenvolvimento humano e as atitudes reveladas. Nem sempre a práxis está baseada numa ética que visa a justiça e o desenvolvimento. O tema da ética é uma demanda social e está sendo debatido nos mais variados setores. A Teologia, na sua dimensão ético social, também oferece uma reflexão sóbria e bem fundamentada acerca dos dramas humanos que inquieta a todos nós. As dimensões ética e sociopolítica, fazem parte do projeto missionário eclesial. Pensar a vida em sua máxima dignidade é o investimento de uma Igreja peregrina, viva e missionária. A Igreja se coloca em defesa dos direitos humanos com espírito solidário. Sofre com os que sofrem, luta com os que lutam. As dores humanas não podem ser ignoradas. Nesse artigo propõe-se uma reflexão sobre o que temos encontrado pelo caminho em relação à vida e a ética à luz da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e com alguns indicativos de ordem

*CQT: Doutora em Teologia, e-mail: cqtavares@hotmail.com

teológico pastoral descritos do Documento Pastoral apresentados no Ano do Laicato iniciado em 2017, cujo tema “Cristãos leigos e leigas, sujeitos na ‘Igreja em saída’, a serviço do Reino” com o lema: “Sal da Terra e Luz do Mundo”, Mt 5,13-14. Entendemos que a perspectiva cristã ser colocada à serviço da sociedade.

Palavras-chave: Ética Teológica. Dignidade Humana. Cidadania.

Abstract

The ethics we desire is the title and the course proposed in this article. An expressive part of contemporary society suffers from the mismatch between the desire for human development and revealed attitudes. Praxis is not always based on an ethic that focuses on justice and development. The theme of ethics is a social demand and is being debated in the most varied sectors. Theology, in its ethical social dimension, also offers a sober and well-grounded reflection on the human dramas that worries us all. The ethical and socio-political dimensions are part of the ecclesial missionary project. To think of life in its highest dignity is the investment of a pilgrim, living and missionary Church. The Church stands in defense of human rights with a spirit of solidarity. Suffer with those who suffer, fight with those who fight. Human pain can not be ignored. This article proposes a reflection on what we have found along the way in relation to life and ethics in the light of the United Nations Agenda 2030 and with some pastoral theological indicatives described in the Pastoral Document presented in the Year of the Laity started in 2017, with the theme “Lay Christians, subject in the ‘outgoing Church’, at the service of the Kingdom” with the motto: “Salt of the Earth and Light of the World”, Mt 5,13-14. We understand that the Christian perspective is placed at the service of society.

Keywords: Theological Ethics. Human Dignity. Citizenship.

Introdução

Ao invés de afirmar algo sobre o vasto campo da ética, iniciamos este artigo perguntando — que ética desejamos? Muitas são as indignações,

aflições, incertezas e perplexidades diante de fatos que ferem a dignidade humana, que violam os direitos mais fundamentais da pessoa. A vida está sendo ferida sem trégua e sem piedade. Certamente não é o que desejamos e não é o que gostaríamos de ter construído em nosso percurso humano. Há um descompasso entre o desejo e as atitudes. A Teologia, na sua dimensão ético social, aponta para uma reflexão sóbria e bem fundamentada. A teologia tem buscado responder à história. Nesse artigo, faremos uma breve exposição sobre o que temos encontrado pelo caminho em relação à vida e a ética que desejamos pautada sob o impulso da ética cristã.

Obsequiada pela presença do Espírito Santo seguem alguns elementos para nossa discussão.

O que temos encontrado pelo caminho

O ser humano, afirma a fé cristã, é único e digno, insubstituível e respeitável, distinto e irrepetível. O projeto de Deus sobre o ser humano tem sido negligenciado em muitos setores da sociedade. Deveria ser continuamente assumido através das formas como olhamos a pessoa, a fim de promovê-la e defendê-la em seus direitos e deveres, oferecendo a possibilidade de uma vida digna e plena. A dignidade humana é uma verdade assumida pela fé cristã. Infelizmente, nem sempre essa dignidade tem sido respeitada, pois os mecanismos de alienação e de desumanização continuam presentes em nosso tempo. No percurso histórico, muitas vezes sombrio, não faltaram “justificativas” para as explorações do homem pelo próprio homem e pelas estruturas socioeconômicas de massificação e de exploração. Hoje, na segunda década do século XXI os retrocessos massacrantes parecem ganhar espaço.

Segundo Trasferetti e Tavares (2016) assustam as diversas situações de opressão e angústia que ferem e matam todos os dias. A miséria humana reflete consequências desumanizadoras cruéis, desde a destruição do ecossistema, a redução dos espaços de qualidade de vida, até as incontáveis formas de exploração e discriminação do outro, entre esses as mulheres, os pobres, as crianças, os que necessitam de cuidados especiais, os negros e tantos outros irmãos nossos em situações de

injustiça, aprisionados por um sistema de impunidades e corrupção, favorecedores da exclusão social.

A Conferência Episcopal de Puebla (1979) já exemplificava de forma objetiva as expressões de vulnerabilidades ao referir-se à Dignidade da pessoa e aos Direitos Humanos, assinalando que os direitos fundamentais, como: vida, saúde, moradia, educação, trabalho foram desprezados por estruturas desumanizantes em contínuo estado de violação da dignidade humana abrindo espaços para marginalização e violência nas suas diversas facetas. Essa realidade ilustrada em Puebla repetiu-se em outras Conferências Episcopais e permanece entre nós. Somaram-se a isso outros fatores, entre eles, o consumismo desenfreado que inibe as iniciativas de comunhão e solidariedade; a demérito dos valores essenciais da família, ferindo em maior proporção as crianças, os jovens e as mulheres que em muitas circunstâncias permanecem num lugar de inferioridade, apesar de todo esforço pelo respeito às questões de gênero.

Os direitos básicos fundantes da pessoa são negados ou fragilizados desde antes de seu nascimento e durante toda a sua vida. Os exemplos são claros, como: saúde pré-natal comprometida pela falta de acesso aos serviços médicos, abortamento, desnutrição infantil, falta de acesso aos serviços públicos de saúde, exames diagnósticos e tratamentos de saúde fora dos prazos adequados, falta de saneamento básico, violação dos direitos à moradia e à educação (Cf. PUEBLA, 1979, n. 1261-1262).

Há uma lógica individualista que impera em detrimento da solidariedade e da comunhão. O Documento de Aparecida alerta acerca das novas formas de pobreza e fragilidade. Que ética desejamos diante de sinais humanos desoladores? Diante dos milhares e milhares de refugiados, expatriados, dos sem abrigo, dos povos indígenas e nômades, dos negros, dos idosos em situação de abandono afetivo e social, das pessoas traficadas nas suas várias formas, das mulheres e crianças vítimas de violência e maus tratos, dos menores em situação de risco e abandono, dos portadores de necessidades especiais e dos nascituros?

Hannah Arendt em sua obra, *Homens em tempos sombrios* (1991, p. 149) diz que o mal destrói vidas, é capaz de fazer sucumbir valores e relações. O mal pode destruir o futuro. O mal semeia a desolação. Almeida (2017), baseado em Arendt, segue a afirmar que a desolação é mais do que destruição,

porque não permite que haja um recomeço e que o futuro seja vislumbrado. Acerca dos que são arrancados de suas nações, de seus solos, vê-se a solidão estampada em rostos desenraizados, privados do mundo e do chão.

Para Sesboué (1990, p. 68) apud Almeida (2017, p. 78) a sociedade segue debruçada sobre o drama humano contemporâneo, junto a esta a presença da Igreja, mesmo que tímida diante da reconciliação dos povos e da paz.

O apelo do mundo: indicativos de uma proposta planetária

No ano 2000 a Organização das Nações Unidas, na Assembleia do Milênio aprovou a Declaração do Milênio, reconhecendo que o mundo possuía tecnologia e conhecimento suficientes para resolver a maioria dos problemas enfrentados pelos países pobres. Decorreu uma proposta com Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para serem alcançados até 2015, a saber: Erradicar a extrema pobreza e a fome; alcançar o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, malária e outras enfermidades; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento.

O Pós 2015 chegou e as necessidades não foram supridas, mas, ao contrário somaram-se novos desafios bastante dramáticos. Surge a Agenda 2030 que consiste em uma Declaração, constando 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas —, que pleiteiam parcerias globais, para que os ODS sejam alcançados até o ano 2030. Os 17 objetivos integrados envolvem as três dimensões do desenvolvimento sustentável, ou seja, a econômica, a social e a ambiental. A ONU conclama a todos nessa tarefa universal, para serem cumpridas pelos governos, pela sociedade civil, pelo setor privado e todos os cidadãos numa jornada coletiva. E nós cristãos, como cidadãos do mundo, estamos incluídos nesta chamada. São ações de importância crucial para a humanidade, voltadas para as pessoas, para o planeta, visando prosperidade, a paz e as parcerias fundamentais.

Não cabe nesse artigo detalhar os 17 ODS, mas chamamos a atenção para o conjunto e as orientações enquanto um projeto universal. O primeiro objetivo, que nos parece crucial, visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Os altos índices de pobreza são encontrados frequentemente em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos. Pensar em erradicar a pobreza é acabar com a fome, através da Segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. A desnutrição, chaga viva e aberta, é causa de morte em 45% de crianças abaixo de cinco anos de idade; além de que uma, em cada quatro crianças, têm seu crescimento e desenvolvimento afetados.

A meta deve ser em assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, privilegiando a saúde infantil e materna, com investimentos na prevenção e tratamento do HIV/aids, incluindo a transmissão vertical.

Outras metas colocam-se prioritárias no conjunto das necessidades, como: a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade; a conscientização e ações em prol da igualdade de gênero com o empoderamento de mulheres e de meninas. Assegurar que haja uma gestão de água sustentável e saneamento; uma energia sustentável e acessível para todos; oferta de emprego e trabalho decente; erradicação do trabalho escravo, incluindo o infantil; uma industrialização com inovação inclusiva; a organização de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; a redução de desigualdades entre os países e dentro deles.

Ainda, não descuidar das medidas urgentes para se combater a mudança climática e seus impactos cada vez maiores que assolam milhares de pessoas, especialmente as mais pobres; e, para isso, a preservação dos nossos oceanos, mares e recursos marinhos; a proteção e recuperação dos ecossistemas com toda a sua biodiversidade. Promover a paz e a inclusão dos povos, com justiça e eficácia. E, urgentemente, um olhar especial para os refugiados, que em 2014 eram cerca de 13 milhões.

Esses apelos e propostas são desafiadores e precisam despertar ações concretas, precisam acordar o amor, a solidariedade, o compromisso e a responsabilidade para com o outro e para com o planeta. Não é um projeto setorizado, mas conchama a todos.

Segundo Magalhães et al. (2007) as transformações contemporâneas são complexas e envolvem a desestabilização da condição salarial, favorecendo a crise dos sistemas tradicionais de proteção social e a multiplicação de situações de precariedade. Dentre os efeitos está a “segregação sócio-espacial, a feminização da pobreza, as desigualdades de básica étnica e diferentes experiências de vulnerabilidade”. Isso impõe uma revisão séria e profunda analítica e a ampliação do debate sobre as realidades das gestões públicas, que parecem não dar conta de suas funções.

Conforme André Tosi Furtado (2016), no cenário brasileiro enfrenta-se a triste realidade de 282 demissões por hora, conduzindo a um cenário não apenas de aumento no desemprego, mas de radicalização da desigualdade. As desigualdades ferem como uma chaga que não parece ter fim.

A dimensão ética e sociopolítica, cujo tema refletimos nesse artigo, deve ser o investimento de uma Igreja viva e missionária, que exige a defesa dos direitos humanos com um espírito solidário com os que sofrem e lutam. Puebla (1979, p. 167) manifesta-se profeticamente ao afirmar que: “Condenamos todo menosprezo, diminuição ou injúria às pessoas e seus direitos inalienáveis; todo atentado contra a vida humana, desde a que está oculta no seio materno até à que julga inútil e a que define na velhice [...]”.

O Pontifício Conselho “Justiça e Paz” (2005) exorta para que se tenha o cuidado ético e o desvelo necessário, a fim de que a pessoa humana, em toda a sua dignidade e inteireza, não seja instrumentalizada e escravizada por estruturas sociais, econômicas e políticas. Para isso, ao menos em parte, a Igreja se coloca atenta através das inúmeras Pastorais específicas, chamando a todos os fiéis leigos à missão que lhes compete pelo Batismo.

Ano do Laicato e possíveis caminhos em resposta aos desafios

Em novembro de 2017, na Solenidade de Cristo Rei, a Igreja no Brasil celebrou o “Ano do Laicato” que se entenderá até 25 de novembro de 2018. O tema: “Cristãos leigos e leigas, sujeitos na ‘Igreja em saída’, a serviço do Reino” e o lema: “Sal da Terra e Luz do Mundo”, Mt 5,13-14; é um renovado impulso para o compromisso protagonizado por nós leigos. Não há dúvidas de que é um protagonismo irrenunciável e indispensável

para se concretizar as ações sociopolíticas demandadas pela sociedade e que não são poucas como referidas no item anterior.

O Documento 105 da CNBB, aprovado na 54^a Assembleia Geral em Aparecida, SP em 2016, n. 263, recorda três critérios do Reino: *formação, espiritualidade e acompanhamento*, que são fundamentais também no universo da política, enquanto missão do cristão leigo, engajados na construção e transformação da sociedade.

A ética que desejamos passa, obrigatoriamente, por todas as dimensões sociais, política e econômica e precisam ser levadas a sério. A ética que desejamos é compreendida e construída a partir do Mistério da Encarnação. Mistério que aponta para um cuidado profundo da pessoa e de tudo o que a envolve, isto é, sua existência e suas relações fundamentais. Pelo Mistério da Encarnação, Deus se inscreve na história humana de uma forma bem particular, única e “pessoal”. Aparece na história existencial dos homens o corpo salvador e o corpo salvo.

O Amor, no seu extremo significado, assume, cuida e salva a pessoa humana e sua casa. *Casa* – portentosa e ao mesmo tempo vulnerável. A casa tão sensivelmente abordada pelo Papa Francisco na sua *Carta Laudato Si’*.

A *Carta Encíclica Laudato Si’* (2015, n. 5) recorda que a destruição do ambiente humano é muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo para ser cuidado pelo ser humano e, por outro, a própria vida humana, enquanto dom, deve ser protegida das inúmeras formas de degradação. A ética que desejamos implica em comportamentos humanos renovados, que privilegie o cuidado, defendido por importantes teólogos contemporâneos, constituindo um princípio fundamental capaz de acolher e cuidar daqueles que estão numa situação de vulnerabilidade, e isso inclui a *Casa Mãe* — nosso Planeta. O cuidado da Criação implica sempre em *colocar-se no mundo, sendo e sentindo* com o mundo, como moradores da Casa, numa atitude ética marcada de solidariedade e compaixão. Adverte-nos Francisco,

[...] Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e

maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos (LS 2).

Todos os dias nos é concedida a possibilidade de fazermos uma experiência redentora junto a Jesus crucificado, na pessoa do irmão mais próximo ou mais distante, do pobre, do estrangeiro, da viúva, do traficada, do violentado, da criança faminta e abandonada, do discriminado, dos nossos milhares de irmãos refugiados de suas pátrias. Enfim, de todos os vulnerados.

São muitos os feridos pela vida, pela indignidade, pela indiferença e pelas injustiças. Não falta messe, não faltam necessitados do amor e do anúncio de Jesus Cristo. Não faltam os que perderam o sentido da vida. Não há tempo para perdermos, com verdades blindadas, com orgulho incapaz de pedir perdão, com nossas acomodações e timidez.

Na sua maioria, os problemas éticos são oriundos de responsabilidades conflitantes e requerem para sua resolução um novo modo de pensar contextual e narrativo. Cuidar seria uma atividade de relacionamento, de percepção e resposta às necessidades, tomando conta do mundo e mantendo a teia de conexões, de forma que ninguém seja esquecido ou deixado sozinho e desprotegido.

Para Zoboli e Pegoraro (2007) há de se abordar a pessoa humana de maneira mais contextualizada e engajada, com dispensação de atenção singular e particular; no entrelaçamento e na interdependência entre as pessoas, através de relacionamentos comunitários ampliados. As emoções e os afetos deveriam ser mais valorizados e cuidados; maiores investimentos na formação de um bom caráter a partir de disposições internas da pessoa; uma “ética da virtude”, com atitudes assertivas e de responsabilidade.

O Papa Francisco (2013), ao escrever sobre o sofrimento humano e de seu alívio, recorda-nos de que para chegarmos à dor do outro é necessário tocarmos a carne de Cristo: [...] *tocando a carne sofredora de Cristo no povo.* (EG 24). Tocar a carne ferida implica mergulharmos na experiência viva e fecunda do mistério de Cristo em sua Vida, Paixão, Morte e Ressurreição.

Conforme Domingo Moratalla (2017), estamos numa época guiada sobretudo pelas trocas mercantilizadas das relações humanas e deve emergir o dom como vetor ético importante nas relações biopolíticas.

Para este autor, o *dom* é como uma doação propriamente dita, isto é, dom-ação que se baseia na “disponibilidade, na entrega e no desinteresse, no dar sem esperar nada em troca” (p. 38). As éticas do cuidado recuperaram o sentido de doação, relacionando com a sensibilidade, com o cuidado desinteressado dos outros, com a generosidade e, o que o autor chama de *inteligência maternal*.

Domingo Moratalla (2017) afirma que pensar atualmente sobre a condição humana exige uma ecologia integral. Pensamento compartilhado pelo Papa Francisco ao nos convidar à reflexão através de um humanismo integral, isto é, um humanismo de todo o homem e do homem inteiro.

A ética cristã entende o ser humano como inconcluso e deve despertar na história concreta a consciência, a prática da liberdade e o exercício coerente da responsabilidade uns para com os outros. A ação salvífica e amorosa de Jesus é uma prática de justiça, colocando-se ao lado dos excluídos, em todas suas formas, retirando-os da marginalidade social, cultural e religiosa e concedendo-lhes de volta o direito de recriarem e se restabelecerem numa nova e libertadora condição de vida. Concedendo ao indivíduo a possibilidade de conquistar o futuro. Dando-lhe de volta o sentido da vida.

Ao contrário do individualismo, a responsabilidade moral não é individualista, é exercida na complexa trama entre o privado e o público, entre o pessoal e o político, entre o pessoal e o interpessoal, entre o pessoal e o coletivo. O outro é implicado no agir pessoal. É impossível separar o ato humano livre e responsável do juízo ético, pois todo ato livre tem um conteúdo e apresenta resultados. Para Sgreccia (1996) qualquer ato humano ou práxis refere-se a alguma coisa ou a alguém, há um direcionamento, mesmo que seja impreciso ou imperceptível por quem pratica a ação. Esse agir pode ser conforme ou disforme — mas nunca objetivamente indiferente ou nulo, em relação à pessoa que realiza a ação e em relação aos destinatários desta mesma ação.

Para Tavares (2011) a responsabilidade na perspectiva cristã exige a práxis de outros elementos, entre eles a fidelidade e a liberdade, alicerçadas à historicidade — dimensão essencial da existência humana. O ser humano constituído de história é autor de sua história, pode transformá-la ou não. O ser humano é convidado a transformar a si mesmo e o seu meio. É o princípio da corresponsabilidade.

A liberdade precisa libertar-se da escravidão forjada pelas múltiplas pressões, conscientes ou não, que alteram o contexto da responsabilidade moral. Como exemplo: o ato de violar a dignidade, reduto sagrado do ser humano, pode vir a ser o maior atentado que se faça contra alguém, pode significar o despojamento da sua identidade e possibilidade de futuro.

Muitos fatores, internos e extrínsecos às pessoas, alteram a lucidez da consciência na corresponsabilidade das atitudes humanas. Esta constatação não é definitiva, pois esses fatores não eliminam totalmente a capacidade de responsabilidade do ser humano, o entendimento e a vontade presentes e colaboram de maneira positiva auxiliando a pessoa no seu discernimento e no contínuo desenvolvimento.

Cabe-nos perguntar a que ações somos chamados a realizar emergencialmente a fim de semearmos esperança de vida? O agir humano é o agir corporal que se reconhece como espaço do encontro com Deus. Para Bento XVI (2007) “O cristão não pode separar o amor de Deus da solicitude pelo próximo [...]”. O cuidado do corpo do outro é um dos sinais de que *Deus é Presença e permanece entre os homens e mulheres* — é o “*Deus conosco*”. O que devo fazer a partir do meu lugar, da minha casa e para a minha casa?

Há sinais de esperança cristã; existem possibilidades de superação. Francisco (2015) confia que: “Nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social que lhes seja imposto” (LS 205).

A encíclica *Laudato Si'* propõe caminhos para uma Educação Ambiental e para uma Conversão Ecológica que abarque os vários âmbitos educativos como a escola, a família, os meios de comunicação social, a catequese e a pastoral e outros âmbitos possíveis. Parece estar em consonância com a proposta da Agenda 2030 da ONU. Entendemos que o Papa Francisco anuncia um tempo de evangelização marcado pela saída ao encontro do outro; pela necessária escuta do outro; pelo toque afetuoso que revela o comprometimento; pelo olhar que faz o outro acreditar que está sendo amado, pelas ações concretas que dignificam e produzem vida e vida em abundância (Jo 10,10). “Todos somos convidados a aceitar este chamado: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20). A Igreja tem feito

opção pela Vida. Esta nos projeta necessariamente para as periferias mais profundas da existência: *o nascer e o morrer, a criança e o idoso, o sadio e o enfermo*” (DA 417).

O Papa Francisco recorda na *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 273, (2013), que a “missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou um ornamento que posso por de lado [...]. É algo que não posso arrancar do meu ser, se não quero me destruir. Eu sou uma missão, nesta terra, e para isso estou neste mundo”. Com essa indagação, o Santo Padre aguça e desperta em nós as áreas mais profundas de nossa descoberta vocacional. Desacomoda-nos, inquieta-nos.

E na *LS* (2015) nos convida a uma práxis cristã desdobrada através da urgência do anúncio da Boa Nova de Jesus que liberta, transforma, alegra e motiva a pessoa a dar passos corajosos para continuar caminhando com os enfrentamentos necessários em seus desafios existenciais. Com demandas de ações específicas às necessidades de quem acolhermos e abraçarmos. Uma vida de oração renovadora da experiência de fé e de compromisso social e comunitário.

A opção pela solidariedade e alteridade, categorias éticas para o serviço e o testemunho. Perseguir um novo olhar e nova percepção, assumindo o ponto de vista dos “condenados da terra”, dos “pobres do Evangelho”, dos empobrecidos das comunidades, dos massificados pela instrumentalização alienante imposta por estruturas sociais e políticas perversas, que os impede de conquistar a autonomia. Milhares de refugiados, milhares de crianças, jovens e adultos vulneráveis que nos esperam abrir as portas para que entrem e façam dessa casa a sua casa. Manter as portas da Igreja abertas, conforme pede Francisco.

Colocarmo-nos de prontidão, em direção ao outro; arriscarmos nossa vida sem medo e sem reservas, fazer da utopia a realidade concreta. Celebrar em comunhão, na unidade e na alegria, na inclusão que parte de um coração convertido e generoso, incluindo sempre ao invés de excluirmos. A festa do Senhor da Vida e da Esperança chama à conversão, ao perdão e a partilha do pão. A *Práxis*, o serviço e o testemunho são inseparáveis. Refletem a alegria e a esperança presentes na vida cristã.

A solidariedade é exigência da *práxis* e do serviço. Não pode ser transformada em mero assistencialismo, mas é “encontro”, é alteridade,

é realização interpessoal. O assistencialismo esvazia o sentido mais profundo da fé e da educação para a autonomia. Acentua o narcisismo ao invés de servir. Uma *práxis* autêntica cuja fé e vida caminham juntas. O Deus-Amor, que ama com o amor-agápico, situa e transforma o amor humano, enriquecendo as relações, fecundando e humanizando os relacionamentos humanos, para que as tentações de uma subjetividade fechada, egoísta e de dominação sejam superadas, dando lugar ao amor, à partilha, à reciprocidade e à alteridade. Essa é a ética que desejamos.

Considerações finais

A ética cristã, na sua essência, é a resposta que buscamos nesse tempo difícil. A esperança cristã é nosso porto seguro. Diante de estruturas desumanizantes e contrárias à mensagem do Evangelho, o valor da pessoa é superadora, é dom concedido por Deus, é expressão de seu amor infinito. Essa certeza alimenta e fortalece-nos no resgate da humanização e da dignidade de milhares de pessoas nas suas mais variadas condições de vida. Muitos esforços, de caráter coletivo e comunitário se colocam à serviço, como fermento e mediadores para a reestruturação de milhares de vidas atadas às injustiças, às exclusões, às alienações que retardam intencionalmente a evolução da cultura e o progresso da civilização.

Referências

- ALMEIDA, N. M. S. *Busca de Sentido da Vida e Reconciliação Cristã*. Leitura Teológica do pensamento de Viktor Frankl. Lisboa, 2017.
- ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa, Relógio D'Água, 1991.
- BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CELAM. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Conclusões de Puebla*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

CELAM. III. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Documento de Aparecida*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

CNBB. *Documento 105*. Disponível em: <<http://cnbb.net.br/ano-do-laicato-intensificara-o-trabalho-para-que-cristaos-leigos-e-leigas-sejam-sal-e-luz-na-igreja-e-na-sociedade/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

AS METAS DO MILÊNIO DA ONU. In: *Compêndios para a sustentabilidade. Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental*. 2007. Disponível em: pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/compendio2008parte11.pdf. Acesso em: 05 ago. 2018.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

FURTADO, A. T. *As novas lutas dos trabalhadores na fronteira da tecnologia*. Uma releitura sobre o pensamento de Celso Furtado. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. São Leopoldo, 18 de abril de 2016. ed. 483. p. 20.

MAGALHÃES, R; BURLANDY; L. SENNA, M. C. M. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007, p. 1420.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

MORATALLA, D. Bioética e o contexto hermenêutico da biopolítica. *Revista IHU on-line*, edição 513, Ano XVII, 2017.

ONU. *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. 2015. Acesso em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [20?]. Acesso em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SESBOUÉ, B. *Riconciliati in Cristo*. Brescia: Queriniana, 1990.

SGRECCIA, E. *Manual de Bioética*. v. 1 e 2. São Paulo: Loyola, 1996.

TAVARES, C. Q. *Sexualidade humana: educação libertadora para o amor*. Reflexões ético-teológicas mediadas pela Práxis Educacional de Paulo Freire a serviço de uma pastoral comprometida com a vivência humanizada da dimensão afetivo-sexual. 2011, 350f. Tese (Doutorado em Teologia Sistemático-Pastoral) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC, 2011.

TRASFERETTI, J. A.; TAVARES, C. Q. Exigências para uma ética do cuidado. In: MILLEN, M. I. C.; ZACHARIAS, R. *O Imperativo ético da misericórdia*. São Paulo: SBTM e Editora Santuário. São Paulo, 2016. p. 177-198.

ZOBOLI, E.; PEGORARO, P. Bioética e Cuidado: o desafio espiritual. *Mundo da Saúde*, São Paulo, abr/jun, v. 31, n. 2, p. 214-224, 2007.

Recebido: 15/05/2018

Received: 05/15/2018

Aprovado: 18/05/2018

Approved: 05/18/2018